



## Prefeitura de Porto Alegre

Domingo de tarde

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 792

### BLOCO II AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

#### Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala e aguarde o 2º sinal sonoro para **abrir** este caderno de questões e **iniciar** a prova.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Após o 2º sinal, certifique-se de que este caderno de questões:
  - contém 80 (oitenta) questões;
  - **refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.**
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de  
QUALIDADE  
Fundatec



Eco  
Friendly

A Fundatec utiliza papel  
com certificação florestal  
e tinta biodegradável.

Concursos  
**fundatec**  
ISO 9001



**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**QUESTÃO 01** – Em uma transação bancária online, garantir que as informações transmitidas sejam confidenciais e que apenas o destinatário possa acessá-las é essencial para a segurança. A criptografia de chave pública desempenha um papel importante nesse processo, utilizando um par de chaves para proteger os dados. Com base nesse contexto, analise as assertivas abaixo:

- I. A chave pública é usada para criptografar a mensagem, e a chave privada é utilizada para decriptá-la, garantindo que apenas o destinatário pretendido consiga ler os dados.
- II. RSA e ECC são abordagens amplamente utilizadas em criptografia de chave pública devido à sua capacidade de fornecer segurança com diferentes tamanhos de chave.
- III. A criptografia de chave pública é mais eficiente em termos de processamento do que a criptografia simétrica, especialmente para grandes volumes de dados.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 02** – Uma empresa de desenvolvimento de software está adotando a metodologia Scrum para aumentar a colaboração e melhorar a entrega contínua de valor aos clientes. O Scrum define papéis, artefatos e eventos que organizam o trabalho de maneira iterativa e incremental. Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) O Scrum Master define quais itens do backlog serão priorizados para a próxima sprint.
- B) A Sprint Retrospective é realizada no início da sprint para planejar as atividades a serem executadas.
- C) O Product Owner é responsável por remover impedimentos que bloqueiam o progresso da equipe de desenvolvimento.
- D) A Daily Scrum é uma reunião de planejamento em que o Scrum Team decide quais itens do backlog serão trabalhados durante a sprint.
- E) A Sprint Review é uma reunião em que o Scrum Team e as partes interessadas inspecionam o incremento e ajustam o backlog, se necessário.

**QUESTÃO 03** – O processo de ETL (Extract, Transform, Load) é essencial para a construção e manutenção de um Data Warehouse, garantindo que os dados sejam integrados e disponibilizados de forma consistente para suporte à decisão. Sobre o processo de ETL, assinale a alternativa correta.

- A) A etapa de Load é responsável por consolidar os dados transformados em relatórios prontos para análise pelos usuários finais.
- B) A fase de Extract consiste em aplicar transformações complexas nos dados para prepará-los para o carregamento no Data Warehouse.
- C) O processo de ETL é utilizado apenas em bancos de dados relacionais, não sendo compatível com arquiteturas baseadas em Data Lakes.
- D) Durante a etapa de Transform, os dados são convertidos, agregados e limpos para garantir consistência e qualidade antes de serem carregados.
- E) O Load é a etapa em que os dados são extraídos de fontes heterogêneas e carregados diretamente nas ferramentas de BI (Business Intelligence).

**QUESTÃO 04** – A visualização de dados é uma etapa fundamental para compreender grandes volumes de informações e identificar padrões relevantes no contexto de Data Mining e Big Data. Em relação às principais técnicas de visualização de dados, é correto afirmar que:

- A) Mapas de calor (Heatmaps) são úteis para identificar relações quantitativas entre variáveis, mostrando a intensidade dos valores com cores diferentes em uma matriz.
- B) Word clouds é uma técnica de visualização ideal para representar séries temporais complexas.
- C) Gráficos de linha são mais eficazes na representação de dados categóricos e discretos do que gráficos de barras.
- D) Dashboards dinâmicos são menos eficazes em Big Data por não permitirem a atualização em tempo real de informações.
- E) Diagramas de dispersão (Scatter Plots) são usados exclusivamente para representar a distribuição de uma única variável em grandes datasets.

**QUESTÃO 05** – A linguagem SQL oferece uma variedade de comandos e funcionalidades para manipulação e consulta de dados em bancos de dados relacionais. Com base nas práticas recomendadas e comandos do padrão ANSI SQL, analise as assertivas abaixo:

- I. A cláusula JOIN é utilizada para combinar registros de duas ou mais tabelas com base em uma condição comum entre elas.
- II. A cláusula GROUP BY deve ser sempre acompanhada da cláusula HAVING, pois esta última é responsável por agrupar os dados.
- III. O comando CASE só pode ser utilizado em instruções SQL do tipo SELECT, não sendo permitido em outras operações como UPDATE ou DELETE.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 06** – Os bancos de dados NoSQL têm se destacado em aplicações modernas devido à sua flexibilidade e capacidade de lidar com grandes volumes de dados. Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve corretamente uma característica de bancos de dados NoSQL.

- A) Bancos de dados NoSQL utilizam apenas linguagem SQL para manipulação de dados.
- B) A consistência forte é garantida em todos os bancos NoSQL, independentemente da arquitetura utilizada.
- C) Bancos de dados NoSQL são projetados exclusivamente para armazenar dados relacionais de forma estruturada.
- D) Bancos de dados NoSQL são categorizados em diferentes modelos, como chave-valor, documentos, colunas e grafos.
- E) Bancos de dados NoSQL não suportam replicação ou particionamento de dados, sendo indicados apenas para pequenas aplicações.

**QUESTÃO 07** – O pré-processamento de dados é uma etapa essencial para garantir a qualidade e a eficiência das análises em ambientes de Big Data. Sendo assim, assinale a alternativa que descreve corretamente uma técnica comum de pré-processamento de dados.

- A) A tokenização consiste em dividir grandes conjuntos de dados em clusters para facilitar a análise preditiva.
- B) A remoção de outliers visa eliminar valores que estão fora de um intervalo esperado, reduzindo o impacto de dados anômalos na análise.
- C) O agrupamento (clustering) é um método de pré-processamento focado na criação de previsões de séries temporais.
- D) A codificação one-hot é aplicada para simplificar dados numéricos, convertendo números em suas raízes quadradas.
- E) A normalização é utilizada para reduzir a dimensão dos dados, eliminando colunas redundantes ou irrelevantes.

**QUESTÃO 08** – As técnicas de classificação são fundamentais em aprendizado de máquina para prever categorias ou classes com base em dados históricos. Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve corretamente uma técnica amplamente utilizada para classificação.

- A) K-means é um algoritmo de aprendizado por reforço baseado na definição de centros em clusters.
- B) Aprendizagem por Reforço é uma técnica baseada em redes neurais, que utiliza recompensas para treinar modelos.
- C) Regressão Logística é uma técnica usada para prever classes binárias, como “aprovado” ou “reprovado”.
- D) A análise de Componentes Principais (PCA) é utilizada para reduzir a dimensionalidade de dados, sendo um algoritmo utilizado para treinar modelos com base em recompensas.
- E) Árvores de Decisão são algoritmos de classificação que utilizam redes neurais profundas para dividir os dados em diferentes categorias, otimizando a performance por meio de camadas ocultas.

**QUESTÃO 09** – As técnicas de regressão são amplamente utilizadas para modelar a relação entre variáveis e realizar previsões contínuas em aprendizado de máquina. Sobre as diferentes técnicas de regressão, assinale a alternativa correta.

- A) Regressão Polinomial é uma técnica exclusiva para análise categórica de variáveis.
- B) Regressão Linear é adequada apenas para problemas não lineares, devido à sua simplicidade.
- C) Regressão Logística é uma técnica de regressão apropriada para prever valores contínuos em vez de classes.
- D) Regressão Lasso é uma variante da regressão linear que elimina a necessidade de regularização dos coeficientes.
- E) A regressão Ridge adiciona uma penalidade baseada na soma dos quadrados dos coeficientes, sendo útil para reduzir overfitting.

**QUESTÃO 10** – A clusterização é uma técnica de aprendizado não supervisionado que agrupa dados com características similares. Sobre as diferentes técnicas de clusterização, analise as assertivas abaixo:

- I. Hierarchical Clustering é mais adequado para grandes volumes de dados devido ao seu baixo custo computacional.
- II. K-means é um algoritmo de clusterização que minimiza a variância dentro dos clusters ao calcular centros iterativamente.
- III. DBSCAN é capaz de detectar clusters de formato arbitrário e identificar pontos como ruído se eles não pertencem a nenhum cluster.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 11** – Deep learning é uma subárea do aprendizado de máquina que utiliza redes neurais profundas para modelar dados complexos. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma característica fundamental das redes neurais profundas.

- A) Redes Neurais Recorrentes (RNNs) são adequadas para processar dados sequenciais, como séries temporais e texto.
- B) Redes profundas se caracterizam por nunca demandarem grandes volumes de dados para treinar seus modelos de forma eficaz.
- C) Redes Neurais Convolucionais (CNNs) são mais indicadas para a análise de dados tabulares do que para tarefas de visão computacional.
- D) Redes neurais profundas se caracterizam por não permitirem otimização dos hiperparâmetros para obter um melhor desempenho.
- E) Redes neurais artificiais simples são sempre uma melhor opção do que abordagens de deep learning, visto que apresentam maior precisão do que redes profundas para dados complexos.

**QUESTÃO 12** – A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece diretrizes importantes para garantir a proteção dos dados pessoais e assegurar os direitos dos seus titulares. Com base na LGPD, é correto afirmar que:

- A) A LGPD não prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições.
- B) Dados anonimizados que não possam ser revertidos para identificar o titular estão fora do escopo da LGPD.
- C) O consentimento do titular é dispensado para o tratamento de dados pessoais sensíveis.
- D) A referida Lei aplica-se apenas a empresas de tecnologia e não se estende a instituições governamentais.
- E) A transferência internacional de dados é permitida apenas entre países com legislações idênticas à LGPD.

**QUESTÃO 13** – A ITIL v4 fornece uma estrutura para a gestão eficiente de serviços de TI, alinhando TI com as necessidades do negócio e promovendo a entrega de valor. Sobre os conceitos do ITIL v4, assinale a alternativa correta.

- A) A ITIL v4 elimina a necessidade de processos de melhoria contínua, pois prioriza apenas práticas ágeis.
- B) O Ciclo de Vida do Serviço, presente nas versões anteriores do ITIL, foi mantido integralmente na ITIL v4.
- C) A Gestão de Incidentes busca restaurar a operação normal o mais rápido possível, minimizando o impacto nos negócios.
- D) A Central de Serviços é responsável exclusivamente pela resolução de incidentes técnicos e não lida com solicitações de serviço.
- E) O Sistema de Valor de Serviço é um conjunto fixo de processos que não pode ser adaptado às necessidades da organização.

**QUESTÃO 14** – O COBIT 2019 é um framework que ajuda as organizações a alcançar seus objetivos estratégicos. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) O COBIT 2019 incorpora o conceito de princípios e práticas ágeis, alinhando-se às demandas do mercado.
- B) O ciclo de vida de implementação do COBIT foi removido na versão 2019 para simplificar o framework.
- C) O COBIT 2019 é um framework prescritivo, ou seja, define regras rígidas que todas as organizações devem seguir.
- D) A estrutura de objetivos de governança e gestão no COBIT 2019 é baseada exclusivamente em processos financeiros e operacionais.
- E) O COBIT 2019 elimina a necessidade de alinhamento entre as práticas de governança de TI e as necessidades estratégicas da organização.

**QUESTÃO 15** – A sétima edição do PMBOK propõe uma abordagem flexível e orientada a princípios para o gerenciamento de projetos, destacando domínios de desempenho em vez de estabelecer processos rígidos. É correto afirmar que essa edição do PMBOK:

- A) Define os processos de forma fixa, dificultando a utilização de metodologias ágeis.
- B) Elimina a necessidade de monitoramento e controle de projetos, delegando essa função exclusivamente ao cliente.
- C) Concentra-se em 10 áreas de conhecimento específicas, seguindo o padrão empregado nas edições anteriores do PMBOK.
- D) Promove a flexibilidade, incentivando as organizações a adaptar os domínios de desempenho às necessidades específicas de seus projetos.
- E) Substitui completamente as práticas tradicionais de gerenciamento de projetos por práticas exclusivas de gerenciamento ágil.

**QUESTÃO 16** – O domínio de Python e de DataFrames é fundamental para o profissional da área de Ciência de Dados. Um profissional foi encarregado de criar um código-fonte em Python para transformar uma lista 2D contendo dados de estudantes em um DataFrame chamado **dados\_aluno**. Os dados disponíveis são o número de matrícula – chamado de **matricula** no código – e nota do aluno – chamado de **nota** no código. Foi requisitada a definição de um método em que as estruturas necessárias para execução do código-fonte fossem previamente criadas e que a biblioteca Python Pandas fosse importada através da linha de código **import pandas as pd**. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta um trecho de código que cria o DataFrame solicitado.

- A) `def createDataframe(dados_aluno: List[List[int]]) : pd.DataFrame ->  
return pd.DataFrame(dados_aluno)`
- B) `def createDataframe(dados_aluno: List[List[int]]) -> pd.DataFrame:  
return pd.DataFrame(dados_aluno)`
- C) `def createDataframe(dados_aluno: List[int]) -> DataFrame:  
return DataFrame(dados_aluno, columns=["matricula", "nota"])`
- D) `def criarDataframe(dados_aluno: List[int]) -> pd.DataFrame:  
return DataFrame(dados_aluno, columns=["matricula", "nota"])`
- E) `def criarDataframe(dados_aluno: List[List[int]]) -> pd.DataFrame:  
return pd.DataFrame(dados_aluno, columns = ["matricula","nota"])`

**QUESTÃO 17** – A linguagem R é amplamente utilizada na Ciência de Dados devido à sua versatilidade para manipulação de dados, visualização e modelagem estatística. Com base em suas funcionalidades, assinale a alternativa correta para a criação de um data frame a partir de vetores em R, considerando que o contexto do data frame é armazenar o nome e a nota de alunos de uma disciplina. Para exemplificar, a questão considera que a aluna Maria deve receber a nota 8, e que o aluno Carlos deve receber a nota 9.

- A) `df <- data_frame(nome = c("Maria", "Carlos"), nota = c(8, 9))`
- B) `df <- data.frame(Nome = c("Maria", "Carlos"), Nota = c(8, 9))`
- C) `df <- DataFrame("Nome" = c("Maria", "Carlos"), "Nota" = c(8, 9))`
- D) `df <- dataframe(c("Maria", "Carlos"), c(8, 9), columns = c("Nome", "Nota"))`
- E) `df <- create.data.frame(c("Maria", "Carlos"), c(8, 9), names = c("Nome", "Nota"))`

**QUESTÃO 18** – A normalização é uma técnica essencial em projetos de banco de dados utilizada para eliminar redundâncias e garantir a integridade dos dados. Levando em consideração os conceitos de normalização, analise as assertivas abaixo:

- I. A Primeira Forma Normal (1FN) elimina atributos multivalorados, garantindo que cada coluna contenha apenas valores atômicos.
- II. A Terceira Forma Normal (3FN) elimina dependências transitivas, garantindo que um atributo não chave dependa apenas da chave primária.
- III. A Forma Normal Boyce-Codd (BCNF) é uma extensão mais fraca da Terceira Forma Normal, sendo menos rigorosa na eliminação de anomalias.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.  
B) Apenas III.  
C) Apenas I e II.  
D) Apenas II e III.  
E) I, II e III.

**QUESTÃO 19** – Em projetos de banco de dados, a cardinalidade define o número de ocorrências de uma entidade que pode estar associada a outra entidade. Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta sobre cardinalidade.

- A) A cardinalidade não pode ser utilizada para restringir relações entre tabelas.
- B) A cardinalidade muitos-para-muitos (N:M) é utilizada exclusivamente para normalizar tabelas.
- C) A cardinalidade refere-se à quantidade máxima de colunas que uma tabela pode ter em um banco de dados.
- D) Uma relação um-para-um (1:1) implica que uma entidade pode ter no máximo um atributo-chave.
- E) Uma cardinalidade um-para-muitos (1:N) indica que uma instância de uma entidade pode estar associada a uma ou mais instâncias de outra entidade.

**QUESTÃO 20** – Em projetos de modelos que envolvem visão computacional, técnicas transfer learning são frequentemente utilizadas para melhorar o desempenho e reduzir o tempo de desenvolvimento. Levando em consideração os conceitos relacionados à transfer learning, assinale a alternativa correta.

- A) Quando se utiliza transfer learning, uma vez que o modelo é carregado, não é possível ajustar seus pesos para melhorar a performance na tarefa-alvo.
- B) O transfer learning permite reutilizar modelos pré-treinados em grandes conjuntos de dados, como, por exemplo, o ImageNet, para aplicações específicas.
- C) As técnicas de transfer learning não são adequadas para aplicações que envolvem reconhecimento facial devido à necessidade de dados específicos.
- D) Durante o treinamento de redes convolucionais, os pesos iniciais sempre começam com valores aleatórios, independentemente de ser um modelo pré-treinado ou não.
- E) O transfer learning consiste em treinar um modelo raso desde o princípio, utilizando apenas o conjunto de dados da aplicação específica, sem considerar modelo pré-treinados.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**QUESTÃO 21** – Qual desses princípios NÃO orienta diretamente a instituição e cobrança de taxas?

- A) Igualdade.
- B) Equivalência estrita.
- C) Referibilidade.
- D) Capacidade contributiva.
- E) Legalidade.

**QUESTÃO 22** – É competência do Senado Federal em matéria tributária:

- A) Fixar alíquota de referência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- B) Estabelecer alíquotas máximas e mínimas de Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD).
- C) Mediante resolução de iniciativa privativa do Presidente da República, estabelecer alíquotas aplicáveis a operações interestaduais de Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- D) Estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas de ICMS, mediante resolução aprovada por dois terços de seus membros.
- E) Estabelecer alíquotas máximas para o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA).

**QUESTÃO 23** – Sobre a interpretação e a integração da legislação tributária, assinale a alternativa correta.

- A) É permitida a utilização de analogia no Direito Tributário, desde que não resulte na dispensa do pagamento de tributo.
- B) As causas de suspensão do crédito tributário são interpretadas literalmente.
- C) Em relação às infrações, em caso de dúvida, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que estabelece a capitulação legal do fato.
- D) Princípios gerais do direito privado podem ser utilizados para definição do conteúdo e dos efeitos de institutos e conceitos utilizados no Direito Tributário.
- E) A dispensa no cumprimento de obrigações acessórias não admite interpretação extensiva.

**QUESTÃO 24** – Sobre obrigação tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto uma obrigação de dar de natureza patrimonial.
- B) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto uma obrigação de fazer ou não fazer.
- C) O gozo de imunidade tributária dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações acessórias referentes às prestações imunes.
- D) A moratória não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relativas aos fatos geradores por ela atingidos.
- E) As obrigações acessórias devem ser previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

**QUESTÃO 25** – A partir da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Dissolução irregular pode ser presumida quando a empresa deixar de funcionar no seu domicílio fiscal sem comunicação aos órgãos competentes.
- B) Execução fiscal pode ser redirecionada contra diretor estatutário com poderes de administração na data da configuração da dissolução irregular.
- C) Sócio sem poderes de gerência na data da ocorrência do fato gerador do tributo não adimplido pode ser alcançado pelo redirecionamento de execução fiscal em decorrência de dissolução irregular.
- D) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- E) A falta de pagamento do tributo pode acarretar a responsabilidade subsidiária do sócio, prevista no art. 135 do CTN, independentemente do fato de ter agido com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou ao estatuto da empresa.

**QUESTÃO 26** – Sobre fiscalização, assinale a alternativa correta.

- A) Não ofende o sigilo bancário a requisição de informações sobre contas de depósitos e aplicações financeiras a instituições bancárias, desde que formalizada mediante processo administrativo ou procedimento fiscal em curso e que tais informações sejam consideradas indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
- B) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública e de seus servidores, de informação sobre incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- C) A administração tributária poderá requisitar informações cadastrais e patrimoniais de sujeito passivo de crédito tributário a entidades privadas que operem cadastros e registros ou controlem operações de bens e direitos apenas mediante autorização judicial.
- D) O compartilhamento de bases de dados entre órgãos e entidades da administração pública se dará exclusivamente nos limites de requisição formalizada em processo administrativo competente.
- E) As fazendas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios internacionais, poderão permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.

**QUESTÃO 27** – Sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Até novembro de 2021, nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, considera-se incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.
- B) Até novembro de 2021, a correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de débitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso, sendo vedada a utilização da taxa Selic.
- C) Até novembro de 2021, a correção monetária será aplicável nas condenações de natureza tributária. O INPC e a taxa de juros de mora serão de 1% ao mês, independentemente dos critérios estabelecidos pela legislação para a repetição de débitos tributários.
- D) Após novembro de 2021, nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, até o efetivo pagamento, de atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-e) e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente.
- E) Após novembro de 2021, nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente.

**QUESTÃO 28** – São princípios do Sistema Tributário Nacional, EXCETO:

- A) Simplicidade.
- B) Transparência.
- C) Cooperação.
- D) Livre concorrência.
- E) Defesa do meio ambiente.

**QUESTÃO 29** – Assinale a alternativa que NÃO indica uma hipótese de vedação ao regime especial de tributação de microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006.

- A) Pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- B) Pessoa jurídica cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- C) Pessoa jurídica resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 anos-calendário anteriores.
- D) Pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
- E) Pessoa jurídica cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**QUESTÃO 30** – Sobre a imunidade aplicável às entidades religiosas em relação ao IPTU, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Aplica-se ao IPTU incidente sobre imóveis locados por entidades religiosas.
- B) Abrange as organizações assistenciais e beneficentes, como hospitais mantidos por entidades religiosas.
- C) Para gozar de imunidade em relação ao IPTU, cabe à entidade religiosa demonstrar que utiliza o bem de acordo com suas finalidades essenciais.
- D) Não é extensível às lojas maçônicas.
- E) É extensível aos cemitérios de cunho religioso.

**QUESTÃO 31** – Sobre contribuições, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário mínimo apenas quando houver déficit atuarial.
- B) As contribuições sobre o domínio econômico podem incidir sobre exportações.
- C) As contribuições dos servidores públicos para o regime próprio de previdência social podem ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- D) Os recursos provenientes da contribuição de que trata o art. 149-A podem ser utilizados para financiar sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- E) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

**QUESTÃO 32** – Sobre o ITCMD, assinale a alternativa correta.

- A) Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- B) Cabe ao Senado fixar alíquotas mínimas de ITCMD.
- C) Não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições federais de ensino.
- D) Terá alíquotas proporcionais.
- E) Não incidirá sobre a transmissão *causa mortis* de bens no exterior.

**QUESTÃO 33** – Sobre o IPTU, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Pode ser progressivo no tempo, em função da destinação do bem.
- B) Pode ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- C) Pode ter sua base de cálculo atualizada por ato do Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos na lei municipal.
- D) Não pode ter alíquotas diferentes em razão da localização do bem.
- E) Pode ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

**QUESTÃO 34** – Sobre o ITBI, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A imunidade em relação ao ITBI não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- B) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- C) Para fins da imunidade do ITBI sobre a incorporação de bens ao patrimônio da pessoa jurídica em realização do capital social, considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 anos anteriores e nos 2 anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações de venda ou locação de propriedade imobiliária.
- D) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação.
- E) O Município pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.

**QUESTÃO 35** – Sobre o Imposto Sobre Serviços, assinale a alternativa correta.

- A) Não integra a base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).
- B) Incide sobre contratos de franquia (*franchising*).
- C) Incide sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais, devidamente previstos em legislação tributária municipal.
- D) Incide sobre atividades desenvolvidas por operadoras de plano de saúde.
- E) É constitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios.

**QUESTÃO 36** – Sobre o Imposto Sobre Bens e Serviços, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- B) Incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços, realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- C) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- D) Terá legislação e alíquota única e uniforme em todo o território nacional.
- E) Será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas na Constituição.

**QUESTÃO 37** – No Sistema Tributário Nacional, NÃO cabe à lei complementar:

- A) Estabelecer as regras para a distribuição do produto da arrecadação do IBS.
- B) Estabelecer o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- C) Dispor sobre a forma e o prazo para ressarcimento de créditos de IBS acumulados pelo contribuinte.
- D) Estabelecer os critérios para a definição do destino da operação para fins de IBS, que poderá ser, inclusive, o local da entrega, da disponibilização ou da localização do bem, o da prestação ou da disponibilização do serviço ou o do domicílio ou da localização do adquirente ou destinatário do bem ou serviço, admitidas diferenciações em razão das características da operação.
- E) Fixar a alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

**QUESTÃO 38** – Assinale a alternativa que indica operação com bens e serviços que pode ser beneficiada com redução de 100% nas alíquotas do IBS.

- A) Serviços de educação.
- B) Serviços de saúde.
- C) Serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos.
- D) Produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.
- E) Insumos agropecuários e aquícolas.

**QUESTÃO 39** – São atribuições do Comitê Gestor do IBS, EXCETO:

- A) Editar regulamento único.
- B) Regulamentar e calcular alíquotas de referência.
- C) Uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto.
- D) Arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- E) Decidir o contencioso administrativo.

**QUESTÃO 40** – Sobre a participação dos Municípios em tributos instituídos e arrecadados por outros entes, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Pertence aos Municípios 50% produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem.
- B) Pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- C) Pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos aquáticos e aéreos cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.
- D) Pertence aos Municípios 25% do produto da arrecadação do IBS distribuída aos Estados.
- E) Pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade para os municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o imposto.

**CONTABILIDADE E AUDITORIA**

**QUESTÃO 41** – O Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo de um município apresentou, ao final do último quadrimestre de 2024, despesa total com pessoal no valor de R\$ 45.000.000,00 e receita corrente líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal no valor de R\$ 87.000.000,00. Considerando as informações expostas e o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), é correto afirmar que, no quadrimestre em questão, o resultado apresentado pelo Poder Executivo do município na relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida:

- A) Sujeita o Poder Executivo do município à vedação de concessão de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.
- B) Enquadra-se abaixo do limite de alerta para a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal.
- C) Ultrapassa o limite máximo para a despesa com pessoal para o Poder Executivo municipal definido na legislação.
- D) Enquadra-se abaixo do limite prudencial da despesa com pessoal para o Poder Executivo municipal disposto na legislação.
- E) Sujeita o Poder Executivo do município à vedação de criação de cargo, emprego ou função.

**QUESTÃO 42** – No mês de dezembro de 2023, um auditor-fiscal da receita municipal realizou lançamento de receita referente a imposto devido por determinada empresa no valor de R\$ 50.000,00, sendo reconhecido o fato gerador do tributo, com prazo de pagamento pelo contribuinte até 10/01/2024. A empresa realizou o pagamento do referido débito com atraso, em março de 2024, incidindo juros e multa de R\$ 6.000,00. Considerando a contabilização da situação hipotética em questão, seguindo o disposto nas regras aplicáveis e tendo em vista que não incidem deduções nas receitas envolvidas, analise as assertivas a seguir:

- I. O valor de R\$ 50.000,00 deve ser registrado como variação patrimonial aumentativa pelo município no exercício de 2023.
- II. O valor de R\$ 6.000,00 deve impactar o patrimônio líquido do município referente ao exercício de 2024.
- III. O valor de R\$ 56.000,00 deve impactar as receitas correntes realizadas do Balanço Orçamentário do município referente ao exercício de 2024.
- IV. A receita de R\$ 56.000,00 deve impactar a Receita Corrente Líquida (RCL) divulgada pelo município no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do primeiro bimestre de 2025.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 43** – A contabilização dos estágios da receita orçamentária pode exigir lançamentos contábeis em contas do plano de contas aplicado ao setor público de diferentes naturezas da informação. Entre as situações relacionadas às receitas orçamentárias descritas nas alternativas a seguir, assinale a que demanda lançamentos contábeis somente em contas da natureza da informação patrimonial.

- A) Reconhecimento do valor da previsão inicial da receita disposta na Lei Orçamentária Anual.
- B) Atualização do valor da previsão inicial da receita.
- C) Reconhecimento do crédito tributário a receber, pelo lançamento da receita em momento anterior à arrecadação.
- D) Arrecadação da receita orçamentária inscrita em dívida ativa.
- E) Arrecadação da receita orçamentária, em momento anterior à ocorrência do fato gerador.

**QUESTÃO 44** – Analise as despesas a seguir, ocorridas ao longo do exercício de 2024 em um órgão público municipal hipotético, considerando as etapas da execução orçamentária:

Descrição da despesa	Valor (R\$)
Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente referente à indenização a servidor público por fato ocorrido no exercício de 2023, conhecido somente em janeiro de 2024.	2.000,00
Empenho de despesa referente à aquisição de computadores, sendo os bens entregues pelo fornecedor, mas a despesa mantida registrada em crédito empenhado em liquidação até o encerramento do exercício.	50.000,00
Empenho, liquidação e pagamento de despesa com juros incidentes em financiamento contratado.	15.000,00
Empenho, liquidação e pagamento de despesa com amortização de parcela de financiamento contratado.	30.000,00
Empenho e liquidação de despesas referentes à folha de pessoal.	100.000,00
Pagamento parcial das despesas referentes à folha de pessoal citadas no item anterior.	92.000,00
Empenho de despesa referente à contratação de empresa para realização de obra pública, que deve ser concluída pelo fornecedor no exercício de 2025.	500.000,00

Em relação às etapas, classificações e regras de contabilização da despesa pública, considerando somente o impacto das despesas descritas no referido órgão público municipal, é correto afirmar que no exercício de 2024:

- A) As despesas de capital empenhadas no órgão totalizaram R\$ 595.000,00.
- B) O valor a inscrever em restos a pagar processados pelo órgão é de R\$ 58.000,00.
- C) As variações patrimoniais diminutivas do órgão no período totalizaram R\$ 195.000,00.
- D) O valor a inscrever em restos a pagar não processados pelo órgão é de R\$ 550.000,00.
- E) As despesas correntes empenhadas no órgão no período totalizaram R\$ 100.000,00.

**QUESTÃO 45** – Em relação à atribuição dos custos, de acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) O processo de atribuição dos custos deve priorizar a seguinte ordem: (i) alocação de custos indiretos, utilizando direcionadores; (ii) alocação dos custos indiretos em bases de rateio; e (iii) apropriação dos custos diretos.
- ( ) A disponibilidade e a regularidade dos dados influenciam a seleção dos direcionadores e das bases de rateio para a alocação de custos indiretos.
- ( ) A alocação de custos indiretos não deve ser dispensada, mesmo quando for arbitrária e as informações geradas não atenderem às características qualitativas e às restrições da informação de custos.
- ( ) Os recursos consumidos não devem ser atribuídos aos objetos de custos quando não houver desembolso por parte da entidade que se beneficie do consumo, como em caso de recursos recebidos por meio de doações.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – F – F.
- B) V – F – V – F.
- C) V – V – F – V.
- D) F – F – V – V.
- E) F – V – F – V.

**QUESTÃO 46** – A companhia X S.A. possuía a seguinte participação societária reconhecida em seus investimentos permanentes em 31/12/2023:

<b>Investimento</b>	<b>Participação no capital da investida</b>	<b>Valor (R\$) registrado no ativo da companhia X em 31/12/2023</b>	<b>Outras Informações</b>
Companhia Y S.A.	15%, o capital social da investida possui apenas ações ordinárias	1.000.000,00	A companhia X S.A. possui representação no conselho de administração e participação nos processos de elaboração de políticas da companhia Y S.A.

No exercício de 2024, a companhia Y S.A. apurou lucro líquido de R\$ 350.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 100.000,00. No mesmo período, realizou uma venda de mercadorias para a companhia X no valor de R\$ 200.000,00, com lucro de R\$ 50.000,00 sobre as vendas, sendo que, no encerramento do exercício, 20% das mercadorias adquiridas ainda não haviam sido vendidas a terceiros pela companhia X.

Considerando apenas as informações expostas e sabendo que incidem tributos de 34% sobre o lucro da companhia Y, assinale a alternativa que apresenta o valor da variação positiva, em reais, ocorrida em 2024 no saldo do investimento registrado no ativo da companhia X referente à participação na companhia Y, quando comparado ao valor registrado ao final de 2023.

- A) R\$ 15.000,00.
- B) R\$ 36.510,00.
- C) R\$ 37.500,00.
- D) R\$ 51.510,00.
- E) R\$ 52.500,00.

**QUESTÃO 47** – O departamento jurídico da companhia Gama S.A. apresentou à administração da empresa, em 31/12/2024, as avaliações de diversos processos judiciais em que a empresa está reivindicando indenizações, considerando a possibilidade de entrada de benefícios econômicos, as quais constam no quadro a seguir:

<b>Processos</b>	<b>Probabilidade de ocorrência de entrada de benefícios econômicos</b>	<b>Valor</b>
Processo 1	Praticamente certa	R\$ 200.000,00
Processo 2	Provável, mas não praticamente certa	R\$ 150.000,00
Processo 3	Não provável	R\$ 300.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a companhia Gama S.A. deve reconhecer ativo no seu balanço patrimonial e divulgar ativo contingente nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício de 2024 nos seguintes valores, respectivamente:

- A) Zero – R\$ 350.000,00.
- B) R\$ 150.000,00 – zero.
- C) R\$ 200.000,00 – R\$ 150.000,00.
- D) R\$ 200.000,00 – R\$ 450.000,00.
- E) R\$ 350.000,00 – R\$ 650.000,00.

**QUESTÃO 48** – Em 31/12/2024, a companhia Beta S.A. apresentou o seguinte balanço patrimonial:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<u>Ativo Circulante</u>	<u>60.000</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>58.000</u>
Disponibilidades	15.000	Salários a pagar	8.000
Clientes	20.000	Fornecedores a pagar	30.000
Estoques	25.000	Empréstimos a pagar	20.000
<u>Ativo Não Circulante</u>	<u>112.000</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>50.000</u>
Realizável a Longo Prazo	30.000	Empréstimos a pagar	50.000
Imobilizado	82.000	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>64.000</u>
<b>Ativo Total</b>	<b>172.000</b>	<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>172.000</b>

Considerando as informações expostas, é possível afirmar que, em 31/12/2024, a companhia Beta apresentava:

- A) Índice de liquidez geral de 1,59 e índice de liquidez corrente de 1,03.  
 B) Índice de liquidez imediata de 0,26 e índice de liquidez seca de 0,6.  
 C) Índice de liquidez geral de 0,83 e índice de liquidez corrente de 0,26.  
 D) Índice de liquidez geral de 1 e índice de liquidez seca de 1,03.  
 E) Índice de liquidez corrente de 1,03 e índice de liquidez imediata de 0,6.

**QUESTÃO 49** – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as notas explicativas fazem parte do conjunto completo das demonstrações contábeis. Analise as assertivas a seguir acerca das notas explicativas:

- I. Devem apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas.  
 II. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.  
 III. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis também não deve ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.  
 B) Apenas II.  
 C) Apenas III.  
 D) Apenas I e II.  
 E) I, II e III.

**QUESTÃO 50** – Em 30/06/2023, a companhia Alfa S.A. apresentou o seguinte balanço patrimonial:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<u>Ativo Circulante</u>	<u>30.000</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>15.000</u>
Disponibilidades	3.000	Fornecedores a pagar	7.000
Clientes	11.000	Adiantamentos de clientes	8.000
Estoques	15.000		
Despesas antecipadas	1.000	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>50.000</u>
<u>Ativo Não Circulante</u>	<u>70.000</u>	Financiamentos	50.000
<i>Realizável a Longo Prazo</i>	30.000	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>35.000</u>
<i>Imobilizado</i>	40.000	Capital Social	25.000
Móveis e utensílios	50.000	Reserva de Lucros	10.000
Depreciação acumulada	-10.000		
<b>Ativo Total</b>	<b>100.000</b>	<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>100.000</b>

Considere os seguintes eventos registrados na contabilidade da companhia Alfa S.A. durante o mês de julho de 2023:

- Entrega ao cliente de mercadorias referentes ao valor total dos adiantamentos de clientes registrados no balanço patrimonial da companhia em 30/06/2023, com Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) de R\$ 3.000,00.
- Recebimento de clientes no valor de R\$ 5.000,00 referente à venda realizada em dezembro de 2024.
- Aquisição de mercadorias para revenda, a prazo, no valor de R\$ 3.500,00.
- Reconhecimento da despesa mensal referente a seguro que corresponde ao total do saldo registrado como despesa antecipada no balanço patrimonial de 30/06/2023. Sabe-se que o seguro em questão foi contratado em 01/05/2023, com pagamento à vista, e vigência de 12 meses a contar da contratação.
- Reconhecimento da depreciação de móveis e utensílios, considerando que têm vida útil de 10 anos e valor residual de R\$ 10.000,00.

Considerando os saldos do balanço patrimonial de 30/06/2023 e a realização dos lançamentos contábeis referentes aos eventos listados em julho de 2023, é correto afirmar que, em julho de 2023:

- Antes do imposto de renda e da contribuição social, o lucro apresentado pela companhia Alfa S.A. foi de R\$ 4.566,67.
- A companhia Alfa S.A. registrou receitas no montante de R\$ 13.000,00.
- A companhia Alfa S.A. registrou despesas no montante de R\$ 3.416,67.
- O patrimônio líquido da companhia Alfa S.A. aumentou em R\$ 4.583,33.
- As disponibilidades da companhia Alfa S.A. aumentaram em R\$ 1.500,00.

**QUESTÃO 51** – Assinale a alternativa correta quanto à documentação de auditoria e demais disposições da NBC TA 230 (R1) – Documentação de Auditoria.

- A documentação de auditoria deve ser preparada de forma a possibilitar que qualquer auditor entenda os procedimentos realizados.
- O auditor deve incluir na documentação de auditoria as versões preliminares completas de notas e papéis de trabalho utilizados, mesmo que substituídos.
- Explicações verbais do auditor são consideradas documentação adequada e suficiente para as conclusões obtidas.
- Em caso de identificação de informações sobre assunto significativo que sejam inconsistentes com a sua conclusão final, o auditor deve documentar como a inconsistência foi tratada.
- Os papéis de trabalho elaborados no curso da auditoria tendem a ser menos precisos do que a documentação elaborada após a execução do trabalho.

**QUESTÃO 52** – A NBC TA 300 (R1) – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis destaca que o objetivo do auditor é planejar a auditoria de forma a realizá-la de maneira eficaz. Assinale a alternativa correta de acordo com a referida Norma.

- A) A estratégia global de auditoria deve ser mais detalhada do que o plano de auditoria, pois inclui o alcance, a época e a direção da auditoria.
- B) Caso seja identificada informação que difere de forma significativa da informação disponível no momento do planejamento dos procedimentos de auditoria, pode ser necessário modificar a estratégia global e o plano de auditoria.
- C) Em uma auditoria inicial, como regra geral, é recomendado que o auditor evite o contato com o profissional antecessor, visando reduzir vieses na revisão de seus papéis de trabalho.
- D) O auditor deve discutir os elementos do planejamento da auditoria com a administração da entidade, compartilhando a responsabilidade.
- E) A documentação do plano de auditoria deve registrar as decisões-chave entendidas como necessárias para o adequado planejamento da auditoria e para a comunicação de temas importantes à equipe de trabalho.

**QUESTÃO 53** – Nos termos da NBC TA 320 (R1) – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, a determinação de materialidade é uma questão de julgamento profissional do auditor e é afetada por sua percepção acerca das necessidades de informações por parte dos usuários das demonstrações contábeis. Analise as assertivas abaixo sobre a determinação da materialidade no contexto de auditoria:

- I. A determinação da materialidade no planejamento da auditoria busca estabelecer um limite de valor abaixo do qual não há risco de distorções nos lançamentos contábeis.
- II. No estabelecimento da estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo, desconsiderando circunstâncias específicas da entidade em que as decisões econômicas dos usuários possam ser influenciadas por distorções relevantes de materialidade inferior em classes específicas de transações.
- III. No planejamento, para a determinação da materialidade das demonstrações contábeis como um todo, pode ser aplicada uma porcentagem a um de seus elementos, considerado como referencial, por exemplo, o total do patrimônio líquido.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 54** – Nos termos da NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos, os procedimentos analíticos envolvem a avaliação das informações contábeis, considerando relações entre dados financeiros e não financeiros, bem como a análise de variações ou de relações inconsistentes. Sendo assim, assinale a alternativa correta sobre o uso de procedimentos analíticos em auditoria.

- A) Os métodos de execução dos procedimentos analíticos exigem a utilização de técnicas estatísticas complexas.
- B) Os procedimentos analíticos substantivos são, de forma geral, mais aplicáveis a volumes menores de transações, que tendem a ser estáticos ao longo do tempo.
- C) Ao determinar a confiabilidade dos dados para a elaboração de procedimentos analíticos substantivos, deve-se considerar que informações obtidas de fontes internas à entidade tendem a ser mais confiáveis do que quando obtidas externamente.
- D) A utilização de procedimentos analíticos substantivos específicos não é considerada adequada quando são realizados testes de detalhes para a mesma afirmação.
- E) O auditor deve planejar e executar procedimentos analíticos próximo do final da auditoria de modo a auxiliar a formação de uma conclusão geral acerca da consistência das demonstrações contábeis em relação ao entendimento que ele tem da entidade.

**QUESTÃO 55** – Um auditor foi designado para analisar as contas a receber de uma empresa, buscando verificar a existência dos créditos, os valores e os prazos de recebimento. Para tanto, o auditor analisou contratos de vendas realizadas e encaminhou cartas a alguns clientes devedores da empresa auditada, buscando confirmar as informações. Considerando o caso exposto, assinale a alternativa que indica os procedimentos de auditoria empregados pelo auditor.

- A) Inspeção e confirmação externa.
- B) Observação e procedimentos analíticos.
- C) Indagação e reexecução.
- D) Reexecução e inspeção.
- E) Confirmação externa e observação.

**QUESTÃO 56** – De acordo com o disposto na Instrução Normativa SMF nº 06/2023, da Secretaria Municipal da Fazenda, no que se refere à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e de padrão nacional (NFS-e Nacional), analise as assertivas abaixo:

- I. O Microempreendedor Individual (MEI) estabelecido no Município de Porto Alegre é desobrigado da emissão da NFS-e Nacional.
- II. A NFS-e Nacional somente poderá ser substituída dentro do prazo de 180 dias da sua emissão e exclusivamente no caso de o serviço não ter sido prestado.
- III. As informações prestadas pelo sujeito passivo na NFS-e Nacional constituem declaração espontânea e instrumento hábil e suficiente para a exigência do imposto que não tenha sido recolhido.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 57** – Uma auditora fiscal, durante trabalho de auditoria em uma empresa, examinou registros contábeis na conta de passivo circulante referente a fornecedores e observou comportamento anômalo nos saldos da conta analítica referente a um fornecedor específico. Ao analisar, um a um, os lançamentos da conta em questão, a auditora constatou que, a partir de determinado mês, não foram registrados débitos na conta, fazendo o seu saldo aumentar ao longo do período. A auditora solicitou à empresa as notas fiscais referentes às compras realizadas junto ao fornecedor em questão, bem como os extratos bancários, para verificar a movimentação de pagamentos. Na análise das notas fiscais, ela verificou que os valores estavam compatíveis com os créditos realizados na conta referente ao fornecedor. Contudo, na análise da movimentação bancária, a auditora identificou pagamentos ao fornecedor relativos a valores que ainda constavam no passivo da empresa. Considerando o caso hipotético exposto, analise as assertivas abaixo:

- I. A auditora realizou testes de detalhes e utilizou o procedimento de inspeção.
- II. A auditora aplicou testes de controle, utilizando a observação e o recálculo como procedimentos de auditoria.
- III. Como resultado da auditoria, pode ser caracterizada a ocorrência de passivo fictício e de omissão receitas por parte do contribuinte auditado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 58** – Durante os trabalhos de auditoria em uma sociedade empresária, um auditor constatou que o lucro apurado na demonstração do resultado do exercício estava subavaliado. Assinale a alternativa que indica uma possível causa desse efeito no resultado da sociedade empresária auditada.

- A) A empresa reconheceu, no resultado do período, passivo contingente referente a litígio judicial com possibilidade de saída de recursos classificada como remota.
- B) A empresa não reconheceu a depreciação de uma classe de ativo imobilizado.
- C) Houve subavaliação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecidas no período.
- D) Não houve reconhecimento, na ocorrência de fato gerador, de despesa com aluguel pago antecipadamente no período.
- E) Não houve reconhecimento de recebimento de adiantamentos de clientes ocorridos no período.

**QUESTÃO 59** – Nos termos da NBC TA 550 – Partes Relacionadas, em determinadas circunstâncias, a natureza do relacionamento e transações com partes relacionadas podem dar origem a riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, superiores àqueles que decorrem de transações com partes não relacionadas. Assim, o auditor deve atingir entendimento suficiente dos relacionamentos e transações com partes relacionadas. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta parte relacionada da entidade que reporta, considerando que a estrutura de relatório financeiro aplicável não estabelece nenhuma exigência ou estabelece exigências mínimas para partes relacionadas.

- A) Pessoa física, acionista da entidade que reporta, com participação minoritária que não caracteriza influência significativa.
- B) Em caso da entidade que reporta ser controlada pelo governo nacional, entidade que está sob o controle comum, mas que não se envolve em transações significativas e não compartilha recursos com a entidade que reporta.
- C) Empresa na qual a entidade que reporta possui participação minoritária, sem influência significativa.
- D) Empresa de propriedade de parente próximo do proprietário da entidade que reporta.
- E) Empresa, acionista da entidade que reporta, com participação minoritária que não caracteriza influência significativa.

**QUESTÃO 60** – Com base na NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, assinale a alternativa correta sobre o tamanho e a seleção da amostra de auditoria.

- A) O auditor deve considerar o tamanho da amostra para a decisão acerca da utilização de amostragem estatística ou não estatística.
- B) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.
- C) Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra utilizada.
- D) O método de seleção ao acaso, por não utilizar técnica estruturada, leva à tendenciosidade ou previsibilidade consciente na escolha de itens da amostra.
- E) O método de seleção de bloco é o método mais adequado quando o auditor pretende obter inferências válidas sobre a população com base na amostra.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

**QUESTÃO 61** – Analise as assertivas abaixo, relacionadas às normas do Sistema Tributário Municipal previstas na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e às regras da Instrução Normativa Conjunta SMF/PGM nº 001/2002:

- I. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) será progressivo.
- II. A pessoa física ou jurídica com infração não regularizada a qualquer dispositivo legal do Município não poderá receber benefício ou incentivo fiscal, sendo consideradas impeditivas somente aquelas infrações relativas à legislação tributária.
- III. A Câmara Municipal deve avaliar anualmente os efeitos de disposição legal que conceda anistia, remissão, isenção ou qualquer outro tipo de benefício ou incentivo que envolva matéria tributária.
- IV. A vedação ao recebimento de benefício ou incentivo fiscal quando presente infração não regularizada não se aplica à pessoa física ou jurídica no caso de benefício fiscal concedido relativamente ao IPTU quando renda, provento ou pensão sejam requisitos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 62** – Sobre as regras estabelecidas pela Lei Complementar Municipal nº 7/1973 quanto à base de cálculo e às alíquotas do IPTU em Porto Alegre, analise as assertivas abaixo:

- I. O valor venal do imóvel resultará, na avaliação do terreno, dos seguintes elementos: o preço do metro quadrado referente a cada face do quarteirão, a área do terreno, a topografia e o potencial de valorização futura.
- II. O valor venal do imóvel resultará, na avaliação da construção, dos seguintes elementos: o preço do metro quadrado de cada tipo, a idade e a área.
- III. O preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração os valores estabelecidos em contratos de construção realizados no ano anterior, a complexidade do projeto arquitetônico, o custo da mão de obra empregada no projeto, os preços relativos às últimas transações imobiliárias, deduzidas as parcelas correspondentes aos terrenos, e quaisquer outros dados informativos.
- IV. O valor venal do prédio é constituído pela soma do valor do terreno ou da parte ideal deste com o valor da construção e dependências, obedecidas às normas para a inscrição.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 63** – De acordo com o regramento da Lei Complementar Municipal nº 7/1973 sobre inscrição e lançamento do IPTU, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integrarem, observado o tipo de utilização.
- B) O prédio e o terreno estão sujeitos à inscrição na Secretaria Municipal da Fazenda, ainda que ao abrigo de imunidade, de não incidência ou mesmo que beneficiados por isenção.
- C) Não haverá lançamento retroativo de IPTU quando decorrente de inclusão de ofício ou de alteração informada mediante requerimento.
- D) A inscrição é efetivada mediante requerimento, no prazo de 30 dias a partir da data da ocorrência do fato gerador.
- E) O imposto será lançado, anualmente, tendo por base a situação do imóvel no exercício imediatamente anterior.

**QUESTÃO 64** – Analise as assertivas abaixo com base no regramento trazido pela Lei Complementar Municipal nº 7/1973 sobre isenção do IPTU:

- I. É isento o imóvel, ou parte dele, tombado pelos órgãos de preservação histórico-cultural do Município, do Estado ou da União que não tenha sido doado ao Patrimônio Público e que esteja preservado segundo os critérios estabelecidos pelos órgãos responsáveis pelo tombamento.
- II. É isento o estádio de futebol, o estacionamento e a área de imprensa respectiva utilizados regularmente por clube de futebol profissional sem fins lucrativos.
- III. A vigência das isenções de IPTU previstas na referida Lei terá início a partir do exercício em que foi requerida a isenção, desde que, simultaneamente, o pedido seja protocolado dentro do prazo de reclamação da carga geral e os requisitos tenham sido preenchidos até o protocolo do pedido.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 65** – De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 113/1984, que instituiu a Taxa de Coleta de Lixo (TCL) em Porto Alegre, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É contribuinte da TCL o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel beneficiado pelo respectivo serviço.
- B) Fica sempre assegurado ao contribuinte o direito de parcelamento do valor da TCL na mesma proporção do IPTU.
- C) A TCL será lançada juntamente com o IPTU, anualmente, e, isoladamente, nos casos de isenção e imunidade.
- D) A TCL tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, domiciliar ou não, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- E) Os templos religiosos, as fundações e as autarquias da Administração Indireta do Município de Porto Alegre terão direito a 50% de desconto no valor da TCL.

**QUESTÃO 66** – Com base na Lei Complementar Municipal nº 197/1989, que instituiu o Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos no Município de Porto Alegre, assinale a alternativa correta.

- A) Consideram-se bens imóveis para os fins do imposto tudo quanto o homem incorporar de modo permanente ou temporário ao solo.
- B) Considera-se ocorrido o fato gerador na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e na transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, na data da formalização do título hábil a operar a transmissão.
- C) O imposto é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território do Município de Porto Alegre, salvo se a mutação patrimonial decorrer de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.
- D) Há incidência de ITBI na promessa de compra e venda.
- E) Há incidência de ITBI na transmissão de direito real de garantia.

**QUESTÃO 67** – Analise as assertivas abaixo com base no regramento sobre a base de cálculo do ITBI conforme a Lei Complementar Municipal nº 197/1989:

- I. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos, no momento da estimativa fiscal efetuada pela Administração Tributária.
- II. Na estimativa fiscal dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, entre outros elementos, os valores correntes das transações de bens de mesma natureza no mercado imobiliário de Porto Alegre, valores de cadastro, valor atribuído pelo contribuinte na guia informativa e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes, consideradas as características do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação e infraestrutura urbana.
- III. O prazo para que a Fazenda Municipal determine a estimativa fiscal para pagamento do imposto será de até 3 dias úteis, contados a partir da apresentação do requerimento no órgão competente.
- IV. A estimativa fiscal prevalecerá pelo prazo de 90 dias, contados da data em que tiver sido realizada, findo o qual, sem o pagamento do imposto, deverá ser feita nova estimativa fiscal.
- V. Serão reestimados os imóveis ou os direitos reais a eles relativos na extinção de usufruto, na dissolução da sociedade conjugal e na cessão de direitos hereditários no curso do inventário sempre que o pagamento do imposto não tiver sido efetivado dentro do prazo de 180 dias, contados da data da estimativa fiscal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I, II e V.
- C) Apenas I, IV e V.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) Apenas III, IV e V.

**QUESTÃO 68** – Analise as assertivas abaixo com base no Decreto Municipal nº 9.422/1989, que regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 197/1989 e o ITBI no Município de Porto Alegre:

- I. Nos casos em que seja necessária a alteração das informações declaradas na guia do imposto, não tendo havido o pagamento, o contribuinte deve proceder à inclusão de nova Guia de Estimativa, em substituição à antiga, inserindo novamente os dados, caso em que a nova guia substituirá a antiga.
- II. Nos casos em que seja necessária a alteração das informações declaradas na guia do imposto, já tendo havido o pagamento, o contribuinte deve encaminhar as alterações por meio de Guia Retificativa.
- III. A Fiscalização poderá solicitar os documentos que entender necessários para a análise da alteração requerida.
- IV. Ocorre a interrupção do prazo de validade da estimativa fiscal inicial nos casos de reestimativas fiscais por reclamação do contribuinte.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Apenas I, III e IV.

**QUESTÃO 69** – Analise as assertivas abaixo com base na Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos municípios e do Distrito Federal, em âmbito nacional:

- I. Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa da referida Lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
- II. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- III. O imposto não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, mas pode incidir sobre os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 70** – Com base nas regras sobre local de incidência do ISSQN trazidas pela Lei Complementar nº 116/2003, são hipóteses em que o serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento do prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador:

- I. Serviços de assessoria e consultoria em informática, previstos no subitem 1.06 da Lista.
- II. Serviços farmacêuticos, previstos no subitem 4.07 da Lista.
- III. Serviços de acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo, previstos no subitem 7.19 da Lista.
- IV. Serviços de fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço, previstos no subitem 17.05 da Lista.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 71** – A Lei Complementar Municipal nº 687/2012 e a Instrução Normativa SMF nº 09/2014 tratam de temas relacionados à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Com base nesses diplomas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As informações prestadas pelo sujeito passivo na NFS-e têm caráter declaratório e constituem confissão irretratável de dívida do ISSQN que não tenha sido devidamente recolhido, sendo documento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário.
- B) A NFS-e somente poderá ser cancelada dentro do prazo de 180 dias da sua emissão e exclusivamente no caso de o serviço não ter sido prestado.
- C) A NFS-e somente poderá ser substituída dentro do prazo de 180 dias da sua emissão e exclusivamente nos casos em que houver necessidade de correção ou alteração de informação do documento fiscal.
- D) Ficam excluídos da obrigação de emissão de NFS-e os contribuintes com regime especial de emissão de documento fiscal, as micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional e os profissionais autônomos, entre outros.
- E) Não será permitido alterar as informações dos não emitentes na NFS-e substituta.

**QUESTÃO 72** – Analise as assertivas abaixo com base na Lei Complementar Municipal nº 306/1993, que trata do tema da responsabilidade pelo pagamento do ISSQN:

- I. As hipóteses de substituição tributária previstas na referida Lei não excluem a responsabilidade supletiva do prestador do serviço.
- II. Os substitutos tributários estão obrigados à inscrição no Cadastro Fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- III. Não ocorrerá responsabilidade tributária quando o prestador do serviço for profissional autônomo, sociedade de profissionais, sujeito à receita presumida, ou gozar de isenção ou imunidade tributária.
- IV. São exemplos de substitutos tributários elencados pela referida Lei, entre outros: bancos e demais instituições financeiras, pelo ISSQN; o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País; e as entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado, pelo ISSQN.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas III e IV.

**QUESTÃO 73** – Considerando as regras do ISSQN conforme a Lei Complementar Municipal nº 7/1973, analise as assertivas abaixo:

- I. Na tributação de serviços com enquadramento em duas ou mais alíquotas diferenciadas, será adotado valor médio entre as alíquotas incidentes.
- II. Quando ocorrer o pagamento a maior do ISSQN, este poderá ser compensado nos pagamentos seguintes, não podendo o valor da compensação ultrapassar 90% do imposto a pagar no mês.
- III. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a receita bruta poderá ser arbitrada pelo fisco municipal, levando-se em consideração os preços adotados em atividades semelhantes, nos casos em que: o contribuinte não exibir à Fiscalização os elementos necessários à comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio de livros ou documentos fiscais ou contábeis; houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais e contábeis tenham sido adulterados ou não reflitam a receita bruta realizada ou o preço real dos serviços; e o contribuinte não estiver inscrito na Secretaria Municipal da Fazenda.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 74** – O Programa Municipal de Estímulo à Conformidade Tributária – Em Dia com Porto Alegre foi instituído pela Lei Complementar Municipal nº 928/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 21.479/2022. Posteriormente, a Lei Complementar Municipal nº 996/2023 instituiu o Programa de Concessão de Crédito aos Contribuintes do ISSQN com maior grau de conformidade. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O contribuinte classificado na categoria "A" fará jus às seguintes contrapartidas, na forma e nas condições estabelecidas em regulamento: revisão fiscal precedida de atendimento em plantão fiscal, sendo oportunizada a autorregularização; parcelamento de créditos tributários e não tributários em até 72 meses; prioridade na análise de solicitações de serviços na SMF; não estará sujeito ao lançamento retroativo do imposto em casos de alteração de entendimento jurisprudencial consolidada nos Tribunais Superiores; e poderá ser elegível a programas de concessão de crédito, na forma e condições estabelecidas em regulamento.
- B) Constituem requisitos obrigatórios para classificação final na categoria "B" o atendimento dos seguintes critérios: não possuir dívida ativa não negociada, emitir NFS-e periodicamente e recolher mensalmente o imposto sobre serviços.
- C) Para fins de verificação do cumprimento pelo contribuinte do critério de não possuir dívida ativa não negociada, a matriz, ou qualquer de suas filiais, não poderá possuir dívida tributária ativa com o Município de Porto Alegre no último dia útil do mês de término do quadrimestre analisado.
- D) Para fazer jus ao crédito do programa instituído pela Lei Complementar Municipal nº 996/2023, o contribuinte precisa estar em atividade há, no mínimo, um quadrimestre.
- E) O embaraço à fiscalização e a reincidência na prática de irregularidade já indicada pela Administração Tributária ao mesmo contribuinte são hipóteses que acarretam na suspensão das contrapartidas do Programa de Conformidade e implicam em classificação na categoria "D" durante o período de suspensão.

**QUESTÃO 75** – A Lei Complementar Municipal nº 7/1973 trata, entre diversos outros temas, da notificação e da arrecadação de tributos. Com base no referido diploma, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Considera-se feita a notificação ou qualquer comunicação, quando pessoal, na data da assinatura do contribuinte ou responsável, seu representante, mandatário ou preposto, no instrumento respectivo, ou na data da assinatura do servidor na informação da recusa daquele.
- B) Considera-se feita a notificação ou qualquer comunicação, quando por remessa, na data constante do Aviso de Recebimento e, na omissão deste, 5 dias após a expedição.
- C) Fica o Executivo Municipal autorizado a levar a protesto a Certidão da Dívida Ativa de créditos tributários e não tributários, desde que não estejam com a exigibilidade suspensa.
- D) Os créditos vencidos da Fazenda Municipal, inscritos na Dívida Ativa ou não, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, que incidirão a partir do primeiro dia do mês do vencimento.
- E) Na hipótese de parcelamento, os créditos parcelados ficarão sujeitos à taxa de juros de até 1% ao mês.

**QUESTÃO 76** – Sobre os temas tratados pelo Decreto Municipal nº 20.473/2020 e pela Lei Municipal nº 13.051/2022, o parcelamento de créditos e a transação e dação em pagamento, respectivamente, assinale a alternativa correta.

- A) A Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) poderá conceder parcelamento de ofício, como forma de complementar suas ações de cobrança, em até 60 parcelas mensais e consecutivas.
- B) A data de vencimento da primeira parcela ocorrerá no mês da assinatura do Termo de Parcelamento, em até 3 dias úteis, e estará nele indicada, vencendo as demais no último dia com expediente bancário de cada mês e considerando-se efetivado o parcelamento pelo pagamento da primeira parcela.
- C) O não pagamento da primeira parcela na data indicada implicará o cancelamento do parcelamento e do seu termo.
- D) Os créditos abrangidos pela transação serão extintos no momento da assinatura do respectivo termo.
- E) Pode ser dispensada a avaliação do bem ou bens ofertados na dação em pagamento quando esses estiverem livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

**QUESTÃO 77** – A mediação tributária foi instituída no Município de Porto Alegre a partir da Lei Municipal nº 13.028/2022. Sobre o tema, analise as assertivas abaixo:

- I. Uma vez instaurado o procedimento de mediação com a assinatura do termo de aceitação, ficarão suspensos, por até 30 dias, os prazos dos processos administrativos para a prática de atos pelo contribuinte e pela Fazenda Pública, sendo possível prorrogação do período de suspensão por mais 30 dias.
- II. É possível a recusa ao requerimento de instauração de processo de mediação pela parte contrária ou ainda a desistência da mediação tributária a qualquer momento, desde que antes da celebração do acordo conclusivo, formalizado em termo de entendimento homologado.
- III. A resolução consensual do conflito deverá ser definida em acordo, instrumentalizado por termo de entendimento, contemplando o objetivo e a motivação da autocomposição da controvérsia ou da disputa tributária, devendo o acordo ser sempre homologado pelo Secretário da Fazenda ou pelo Procurador-Geral do Município, conforme suas respectivas competências.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 78** – Sobre o acesso à informação pela Secretaria Municipal da Fazenda, considere o previsto na Lei Complementar Municipal nº 732/2014 e no Decreto Municipal nº 19.946/2018 e assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Ficam as administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente, bem como os estabelecimentos similares, obrigados a informar à Secretaria Municipal da Fazenda as operações e as prestações realizadas no Município de Porto Alegre cujos pagamentos sejam feitos por meio de sistemas de crédito, débito ou similares.
- B) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para recebimento das informações de que trata a Lei Complementar Municipal nº 732/2014, hipótese em que as administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente, bem como os estabelecimentos similares, prestarão as informações à Secretaria Estadual da Fazenda, que as disponibilizará para a Secretaria Municipal da Fazenda na forma prevista no convênio.
- C) A Receita Municipal, por intermédio de servidor ocupante do cargo de auditor-fiscal, somente poderá examinar informações relativas a terceiros, constantes de documentos, livros e registros de instituições financeiras e de entidades a elas equiparadas, inclusive os referentes a contas de depósitos e de aplicações financeiras, quando houver procedimento de fiscalização em curso, nos termos da Lei Complementar nº 7/1973, e tais exames forem considerados indispensáveis.
- D) A requisição de que trata o Decreto Municipal nº 19.946/2018 será formalizada mediante documento denominado Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF), cuja necessidade de expedição deverá ser fundamentada em relatório circunstanciado, elaborado pelo auditor-fiscal encarregado da execução do procedimento fiscal ou pela chefia imediata.
- E) Ficam autorizados a expedir a requisição de que trata o Decreto Municipal nº 19.946/2018 o diretor de receita mobiliária ou imobiliária, o coordenador de fiscalização do tributo cujo procedimento fiscal está em curso e o auditor-fiscal encarregado da execução do procedimento fiscal.

**QUESTÃO 79** – Analise as assertivas abaixo conforme as Leis Complementares Municipais nº 530/2005 e 535/2005:

- I. É vedada a utilização do incentivo fiscal do PROESPORTE para atender a financiamento de projetos cujo responsável seja sócio da empresa apoiadora.
- II. A concessão do incentivo fiscal de que trata o PROESPORTE ficará restrita ao ISSQN, IPTU e ITBI.
- III. O valor da Unidade Financeira Municipal (UFM) será atualizado, mensalmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, no caso de sua extinção, pelo índice que venha a substituí-lo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 80** – O Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART) foi criado pela Lei Complementar Municipal nº 534/2005 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.110/2006. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.

- A) O TART será composto de 14 Conselheiros integrantes das suas Câmaras e respectivos suplentes, todos de reconhecida idoneidade e diplomados em curso de nível superior de Ciências Jurídicas e Sociais (Direito).
- B) O TART é constituído por duas Câmaras, sendo cada uma delas integrada por quatro membros representantes do erário e três membros representantes dos contribuintes, observada a regra de que nenhuma entidade representativa da sociedade poderá ter mais do que um conselheiro titular e um conselheiro suplente, simultaneamente, com mandato no TART.
- C) Os mandatos dos membros do Tribunal terão a duração de 4 anos, admitida a recondução.
- D) À 1ª Câmara cabe processar e julgar os recursos voluntários e de ofício relativos ao ISSQN, e à 2ª Câmara cabe processar e julgar os recursos voluntários e de ofício relativos ao IPTU, à Taxa de Coleta de Lixo, ao Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e aos demais tributos não compreendidos na competência da 1ª Câmara.
- E) Os Defensores da Fazenda poderão requisitar a qualquer repartição municipal as informações que julgarem necessárias ao esclarecimento dos processos de que tenham vista, as quais lhes serão fornecidas no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação do prazo mediante justificativa.